

O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893

Walter Fraga Filho*

Resumo

Este artigo tem o propósito de refletir sobre as celebrações do fim da escravidão na Bahia entre 1888 e 1893. A ideia é ver de que maneira os festejos daqueles dias inserem-se no contexto dos embates e das expectativas nascidas no curso das lutas contra a escravidão. O fim do cativo representou uma notável vitória contra setores da sociedade baiana que defendiam a protelação do processo de abolição. Mas também a festa aconteceu em meio a muita expectativa sobre as transformações que deveriam seguir o fim do cativo. Veremos que no calor dos festejos pela aprovação da lei Áurea e nos anos que se seguiram àquele episódio definiram-se campos de disputa em torno da memória da abolição.

Palavras-chave: Abolição; Memória; Festividades; Lutas Sociais.

Abstract

This article aims to discuss the celebrations of the end of slavery in Bahia between 1888 and 1893. The idea is to understand how the celebrations of those days fall within the context of the clashes and expectations born in the course of the struggle against slavery. The end of slavery represented a remarkable victory against sectors of the Bahian society that defended the postponement of the process of abolition. But the party also came amid much expectation on the changes that would follow the end of slavery. We will see that in the heat of the festivities for the approval of the “Lei Áurea”, and the years that followed that episode, were defined fields of struggle around the memory of abolition.

Keywords: Abolition; Memory; Festivities; Socials struggles.

* Walter Fraga é professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Walter Fraga Filho

Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto.

Machado de Assis, rememorando o dia da abolição em 14 de maio de 1893

Este artigo tem o propósito de refletir sobre as celebrações do fim da escravidão na Bahia entre 1888 e 1893. A ideia é ver de que maneira os festejos daqueles dias inserem-se no contexto dos embates e das expectativas nascidas no curso das lutas contra a escravidão. O fim do cativo representou uma notável vitória contra setores da sociedade baiana que defendiam a protelação do processo de abolição. Mas também a festa aconteceu em meio a muita expectativa sobre as transformações que deveriam seguir o fim do cativo. Veremos que no calor dos festejos pela aprovação da lei Áurea e nos anos que se seguiram àquele episódio definiram-se campos de disputa em torno da memória da abolição. As disputas giraram em torno de personagens e acontecimentos que ganhariam relevo na memória da luta contra o cativo. Essas disputas foram parte dos embates políticos que sucederam o 13 de maio de 1888 e a instauração da República. São esses assuntos que discutiremos ao longo deste texto.

O 13 de maio e as celebrações da liberdade em 1888

Nos dias que antecederam a aprovação da lei que aboliria em definitivo a escravidão no Brasil, escravos e libertos das localidades do Recôncavo baiano foram tomados pela expectativa de que o final da escravidão estava muito próximo. Rememorando aqueles dias, o cronista de costumes Isaias Alves contou que muitos escravos se aglomeraram na estação ferroviária de Vargem Grande, próximo à vila de Santo Antonio, onde havia telégrafo, à espera de notícias sobre a aprovação da lei que mudaria para sempre suas vidas.¹ Em

¹ Sobre a repercussão da notícia da abolição entre a população escrava da vila de Santo Antônio ver Isaias Alves, *Matas do sertão de baixo*, p. 257. Segundo ele, os cativos “souberam, na Vargem Grande, onde chegava o telégrafo da estrada, sobre o grande acontecimento”.

muitas propriedades, os escravos passaram a se comportar como pessoas livres e recusaram-se a trabalhar. Sabemos que naqueles dias muitos senhores se anteciparam à lei imperial declarando forros todos os seus cativos numa tentativa de manter alguma autoridade sobre os futuros libertos e deter a onda de fugas que vinha ameaçando a continuidade das atividades produtivas. Outros se aferraram à propriedade escrava, não tanto por acreditarem na sobrevida do velho escravismo, mas para requererem indenização pela iminente perda dos braços cativos.

As primeiras notícias da abolição chegaram a Salvador na tarde de 13 de maio. Por volta das 2 horas, as redações dos jornais receberam por telégrafo a notícia de que o senado acabara de votar o projeto de Lei da Abolição e, logo em seguida, o enviara para a sanção do governo imperial. O jornal *Diário da Bahia* distribuiu boletim informando que o projeto de lei fora levado à Princesa Isabel para ser sancionado. Às 4 horas, outro telegrama informou que a princesa regente finalmente assinou a lei que abolia a escravidão no Brasil. Um segundo boletim do *Diário* circulou pela cidade anunciando a novidade.

A notícia rapidamente se espalhou pela cidade e pelos demais centros do Recôncavo. Houve festa em várias localidades da província. Uma autoridade da vila de São Francisco do Conde, coração da lavoura açucareira do Recôncavo, informou com preocupação que, desde o 13 de maio, os libertos se entregaram a “ruidosos” sambas durante noites seguidas.² Em diversas cidades da região, recém-libertos juntaram-se a populares nos festejos e desfiles promovidos por associações abolicionistas. Um jornal da cidade de Cachoeira informou que, na noite de 13 de maio, “o povo se derramou pelas ruas” acompanhado de duas bandas de música. Das sacadas dos sobrados muitos discursos e vivas ao grande acontecimento. Naquela ocasião, a câmara mandou celebrar *te deum* na matriz em ação de graças pela abolição.³

² APEB, *Delegados*, 6227 (1885-1889), correspondência do delegado da vila de São Francisco, Luís de Oliveira Mendes, para chefe de polícia, em 16 de junho de 1888.

³ Arquivo Regional de Cachoeira, *Requerimentos* (1879-88), requerimento diversos em 30 de junho de 1888.

Walter Fraga Filho

Em Salvador, desde o dia 13, entidades abolicionistas, estudantes, populares e ex-escravos ocuparam as ruas e desfilaram pelo centro da cidade ao som de filarmônicas. Queimaram-se fogos de artifício e as fachadas das casas particulares e repartições públicas foram iluminadas por noites seguidas. A presença de ex-escravos nas ruas de Salvador foi notada por diversos contemporâneos. Por iniciativa dos ex-escravos, os carros do caboclo e da cabocla desfilaram da Lapinha ao centro da cidade, percorrendo o mesmo itinerário dos festejos da Independência da Bahia. A relação do 2 de Julho – data em que se comemorava a libertação da província do colonialismo português – com os festejos da abolição sugere que, na avaliação dos libertos e dos populares, a liberdade conquistada em 1823 finalmente se completou com o fim do cativoiro.⁴ Em tom apoteótico, um deputado baiano observou:

No meio daquela onda imensa de povo, notavam-se os homens negros, os ex-escravos, resplandecentes da luz da liberdade, fraternizando com a multidão que os recebia de braços abertos. Tinham a atitude ereta dos que já ousam olhar o céu (...) e dos lábios entreabertos a escapar-se-lhes este grito ingente: - Viva a liberdade.⁵

Relembrando aquele dia, o engenheiro e abolicionista negro Teodoro Sampaio registraram o comportamento de Manoel Benício dos Passos, cognominado Macaco Beleza, o liberto que militava no movimento abolicionista. Segundo ele:

No dia 13 de maio de 1888, este homem emudeceu. No meio do entusiasmo dos moços, das aclamações estrepitosas que de todos

⁴ João Reis, (1989: 93-98), mostra que, durante as lutas da Independência o projeto de abolição da escravidão esteve no horizonte de escravos, crioulos e africanos. Hendrik Kray, “The politics of race in Independence — Era Bahia: The black Militia officers of Salvador, 1790-1840”. Hendrik Kraay (1998: 30-56), analisa a participação decisiva de oficiais negros no processo de independência. Wlamyra Albuquerque, *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, analisa os vários significados do 2 de Julho no pós-abolição.

⁵ *Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia*, vol. 1, sessão de 14 de maio de 1888, p. 68. Discurso do deputado A. Bahia.

O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893

os ângulos da cidade e de seus bairros, dos subúrbios, enormes falanges de cidadãos, de todas as classes, e dos que acabavam de ser emancipados; quando todos vinham saudar a Gazeta da Tarde e a Libertadora Baiana, Manoel Benício chorava por longo tempo; de seus olhos não se enxugavam as lágrimas e a sua atitude mereceu geral atenção.⁶

Uma análise mais detalhada desses festejos mostra que as celebrações da abolição tiveram várias facetas, talvez refletindo os vários significados do fim do cativeiro para os diferentes setores da sociedade baiana. Vejamos isso com mais detalhes. A festa teve seu lado oficial com as manifestações das câmaras municipais organizando *te deum* e solenizando o anúncio da lei de 13 de maio com desfiles de bandas militares e manifestações públicas das autoridades. Pelos jornais, a câmara de Salvador conclamou a população a iluminar por três noites as frentes das casas e a participar das festas de regozijo público. No dia 13, um piquete do 16º. Batalhão de Linha com sua banda marcial percorreu diversas ruas da cidade divulgando o edital em que a câmara anunciava publicamente o fim do cativeiro. No edital afirmava-se que aquela data haveria de “fulgurar como a maior data nacional”, ao lado da Independência política, apagando a “injustiça secular” que pesava sobre o país. Em seguida, dirigindo-se aos libertos, advertia:

Aos novos cidadãos, a quem o influxo das ideias abolicionistas restituiu a sua dignidade de homens cabe zelar, como nós, pela conservação de nossos foros de nação, pelo progresso da pátria comum, pela elevação de nosso berço perante a civilização universal. E agora, que reivindicarão seus direitos, que leis iníquas lhes extorquiram à sua raça durante séculos, devem procurar no trabalho, na família e na paz, corresponder com dupla generosidade, o reconhecimento de seu estado social, que acaba de ser-lhes solenemente garantido pelos poderes do Estado.⁷

Os vereadores estavam preocupados com a manutenção da ordem. Daí porque vincular os ex-escravos ao projeto nacional de civilização e progresso.

⁶ Teodoro Sampaio, *O Abolicionismo*, p. 28.

⁷ BPEBa, *Diário da Bahia*, 15 de maio de 1888, p. 1

É interessante que os vereadores previam a reivindicação de direitos por parte dos libertos, mas advertiam que isso deveria ser feito dentro da ordem. Essa advertência refletia o medo de que as tensões que marcaram os últimos anos de escravidão tivessem desdobramento depois da abolição. Assim como no passado escravista, os libertos deveriam concorrer com seu trabalho considerado garantia do “progresso” e paz nacionais. Seguindo o velho receituário paternalista senhorial, era recomendado aos libertos “gratidão” pela liberdade restituída pelas ideias abolicionistas e pelo Estado. Assim, a cidadania não era uma conquista dos libertos, mas uma dádiva do Estado brasileiro.

Na capital e em cidades do interior formaram-se comissões compostas por abolicionistas para organizar as celebrações da abolição. Em Salvador, a festa dos abolicionistas começou a ser planejada antes mesmo do dia 13 de maio, provavelmente desde o dia 9, quando se tinha como certa a aprovação do projeto de abolição imediata. Faziam parte da comissão figuras importantes do abolicionismo baiano, como Eduardo Carigé, Frederico Lisboa, Panphilo da Santa Cruz, Anselmo da Fonseca, entre outros. É interessante acompanhar o desenrolar da festa organizada pela comissão, pois ela pode nos revelar a forma como os abolicionistas pretendiam marcar simbolicamente a memória do 13 de maio. Mas, como veremos a seguir, as celebrações programadas pelos abolicionistas não foram as únicas que ocorreram em Salvador e demais cidades da Bahia. Veremos adiante que outras festas, inclusive organizadas por populares e libertos, ocorreram paralelamente aos desfiles abolicionistas.⁸

Através dos jornais da capital sabemos que no dia 13 ocorreram “manifestações populares” em toda a cidade. Segundo o *Diário da Bahia*, ao ser anunciada a aprovação da lei que aboliu a escravidão, o povo manifestou de “modo mais profundo e entusiástico o júbilo de que se achava possuído”. Subiram ao ar girândolas de foguetes e grande multidão encheu o centro da cidade. Esse movimento acentuou-se extraordinariamente à noite. Várias passeatas percorreram as ruas em clima festivo.

⁸ BPEBa, *Diário da Bahia*, 13 de maio de 1888, p. 1.

É evidente que as notícias da festa devem ser lidas considerando-se o posicionamento político dos jornais. Por exemplo, o *Diário da Bahia*, jornal politicamente alinhado ao Partido Liberal, obviamente enfatizou as manifestações dos políticos liberais. Não por acaso observou que naquele dia coube papel saliente ao desfile dos estudantes da Faculdade de Medicina, tendo à frente Manoel Vitorino, republicano e membro do Partido Liberal. Em frente ao teatro São João houve recital de poesias e outro discurso de Manoel Vitorino saudando a “pátria livre”. Às 7 horas da noite o préstito desfilou pelas ruas da cidade acompanhado da banda do 16º Batalhão de Linha. Em frente ao edifício do *Diário da Bahia*, deram vivas ao senador Dantas, ao conselheiro Almeida Couto, a Manoel Vitorino e a outros líderes liberais.

No mesmo número, o jornal noticiou a “passeata popular” que percorreu algumas ruas da cidade conduzindo a imagem da cabocla, desde a Lapinha até a Praça do Palácio, seguida de “enorme multidão”. O préstito compunha-se de “grande massa de povo” e carros com comissões das sociedades abolicionistas e conduzia retratos dos vultos mais salientes da campanha em favor dos cativos. O préstito passou em frente à casa do abolicionista Eduardo Carigé, que discursou para a multidão. Nesse dia também houve passeata do clube carnavalesco Fantoches, tendo à frente a filarmônica da Euterpe. Estiveram iluminados edifícios de associações, palácio do governo, a câmara municipal e outras repartições públicas.⁹

Em Salvador e em várias cidades do interior da província, a festa da abolição prolongou-se por muitos dias. Em Cachoeira, nos dias 14 e 15 de maio, o edifício da câmara foi iluminado com velas e queimaram-se oitenta dúzias de foguetes. Além disso, a câmara remunerou o maestro abolicionista Manoel Tranquilino Bastos pela música e “armação” executadas naquele dia. Na semana seguinte, depois que a câmara recebeu a comunicação oficial da abolição, entre 6 e 7 mil pessoas desfilaram festivamente pelas ruas de

⁹ Sobre a festa da abolição, ver Wlamyra Albuquerque (2009); ver também, Lilia Moritz Schwarcz (2007); ver também Mata (2002).

Cachoeira e da vizinha povoação de São Félix.¹⁰ Foi no calor dessa passeata que o maestro Tranquilino Bastos compôs de improviso o “Hino ao 13 de Maio”. A multidão desfilou também ao som de “Airosa Passeata”, outra composição do maestro para celebrar a multidão nas ruas no dia da abolição.¹¹

Quase um mês após a abolição, na manhã de 7 de junho de 1888, os libertos da vila de Santa Rita do Rio Preto (atual Santa Rita de Cássia), encontraram motivo para festejar, quando o secretário da câmara oficialmente anunciou em “voz alta pelas ruas” a promulgação da lei de 13 de maio, conforme recomendação do presidente da província. À medida que percorria as ruas anunciando o que há muito já se sabia, o secretário “foi imediatamente e entusiasticamente acompanhado debaixo de toque de fogos ao ar e de repetidos vivas pelos ex-escravos de ambos os sexos”.¹²

Em Salvador, a festa se estendeu até o dia 20 de maio. Segundo jornais da cidade, houve “manifestação popular” no dia 14 de maio. O *Diário da Bahia* informou que às 8 horas da noite, houve passeata dos liberais com mais de 2 mil pessoas desfilando à luz de *flambeaux*. Ou seja, desfilava-se à luz de tochas, do mesmo modo que os franceses faziam em suas celebrações da Tomada da Bastilha. O cortejo acompanhou a banda do 16º Batalhão de Linha ao som de vivas à Lei de 13 de maio, ao conselheiro Almeida Couto e aos demais chefes liberais. Mas há também referência a uma passeata que saiu da freguesia da Penha, acompanhada das filarmônicas Lira de Apolo e Carlos Gomes. Desfilaram à luz de archotes, lanternas de cores e fogos cambiantes. Da Ribeira de Itapagipe, a “multidão de povo” passou pelas igrejas da Penha e Bonfim. Ao longo do cortejo mais saudações aos chefes políticos liberais.¹³

No dia 15 houve a “passeata da imprensa”, seguida pelas filarmônicas da Euterpe e União dos Chapeleiros. Seguiram-na também os clubes dos caixeiros, e dos tipógrafos, o clube comercial, o Gabinete Português de Leitura e demais

¹⁰ IGHBa, *O Tempo*, 19 de maio de 1888, p. 1, “Últimas palavras”. Sobre os festejos de 13 de maio ver também no mesmo jornal o artigo “Festejos abolicionistas”, p.1, publicado em 23 de maio de 1888.

¹¹ Sobre os festejos abolicionistas em cachoeira ver Jacó dos Santos Souza (2010).

¹² APEB, *Escravos-assuntos*, 2900 (1880-1889), correspondência do presidente da câmara da vila de Santa Rita do Rio Preto, Salviano de Souza Milhomens, para presidente da província, em 7 de junho de 1888.

¹³ BPEBa, *Diário da Bahia*, 17 de maio de 1888, p. 1.

associações. Ainda no mesmo dia, mais “festas da liberdade” foram promovidas por cidadãos residentes na freguesia de Santo Antonio. A reunião começou no largo da Lapinha, às 6 horas da tarde, tendo à frente uma banda marcial. Pelo que vemos, ocorreram celebrações que fugiam à programação feita pela comissão abolicionista.¹⁴

No dia 16 de maio, a cidade esteve em festa, os edifícios públicos e casas particulares iluminadas durante a noite. Nessa mesma noite, desfilou pelas ruas o clube carnavalesco “Deus Phebo”, precedido pela banda do Arsenal de Guerra e à luz de *flambeaux*. O desfile começou na freguesia de Santo Antonio e percorreu diversas ruas saudando os jornais *Gazeta da Tarde*, *Gazeta da Bahia* e *Diário da Bahia*. Mais uma vez, o *Diário* só registrou as ovações dirigidas às lideranças liberais, ao senador Dantas, ao Conselheiro Almeida Couto e a Manoel Vitorino. No dia 17 de maio, passeatas de estudantes de Humanidades e do clube dos Calheiros do Amor desfilaram pelo centro da cidade.¹⁵

No dia 18, realizou-se a famosa romaria ao Bonfim, promovida pelo abolicionista Eduardo Carigé e pelo clube abolicionista José Bonifácio. Segundo o *Diário da Bahia*, houve enorme afluência de “povo” para a igreja do Bonfim em agradecimento pela lei que aboliu a escravidão. Na ocasião, foi celebrada missa campal e depois o cortejo seguiu até a casa do abolicionista Frederico Marinho de Araújo, que ficava em Itapagipe, e fez-lhe grande ovação. Frederico Marinho era advogado e foi um dos fundadores da mais antiga associação abolicionista da capital, a Libertadora Baiana, em 1869. Calculava-se em mais de 500 escravos libertos por iniciativa de Marinho. O velho abolicionista estava bastante doente, mas ainda assim saudou e discursou para a multidão.¹⁶

A “romaria popular” até o Bonfim começou às 8 horas da manhã na praça Conde d’Eu. Abriu a marcha uma banda militar seguida de vários representantes de sociedades abolicionistas com os respectivos estandartes. Acompanhavam-na também operários da Linha Circular, um carro alegórico com duas crianças, e escoltado por uma guarda de honra, artistas de circo chileno, a filarmônica

¹⁴ BPEBa, *Diário da Bahia*, 15 de maio de 1888, p. 2.

¹⁵ BPEBa, *Diário da Bahia*, 18 de maio de 1888, p. 2.

¹⁶ BPEBa, *Diário da Bahia*, 19 de maio de 1888, p. 2.

dos Chapeleiros e carros que conduziam a comissão da Libertadora, do clube José Bonifácio e a comissão executiva dos festejos. No Bonfim, foi celebrada uma missa no adro da igreja. Finda a missa, o povo se deslocou até Itapagipe, em frente à casa de Frederico Marinho. À tarde, o cortejo retornou à cidade dando vivas à “pátria livre”. Segundo o noticiário, “a concorrência do povo foi extraordinária”.¹⁷

No dia 19 de maio, a câmara decretou feriado municipal e foi celebrado *te deum* no Mosteiro de São Bento. No final da tarde houve “procissão cívica” dos funcionários das repartições públicas seguidos de bandas militares. Professores e estudantes da Faculdade de Medicina também se juntaram ao cortejo que se reuniu em frente do Palácio da Presidência.¹⁸

O ápice da festa abolicionista ocorreu no domingo, 20 de maio. Pela programação anunciada dois dias antes, soubemos que o “préstimo popular” se reuniria às 13 horas da tarde, na praça Castro Alves, e de lá seguiria até a Lapinha, conduzindo as imagens da cabocla e do caboclo, emblemas da emancipação da Bahia do colonialismo português que foram festivamente conduzidos à Praça do Palácio no dia 13 de maio. Pelo programa o “préstimo” estava organizado da seguinte maneira: à frente, o esquadrão de cavalaria de linha representando o “glorioso exército brasileiro”, e em seguida o “esquadrão patriótico” Joaquim Nabuco, banda de música da polícia; o carro da cabocla, puxado pelos libertos; a guarda de honra a cavalo; a legião da imprensa com o retrato de Gutemberg; o carro da Libertadora Baiana com seu estandarte e retrato do abolicionista Joaquim Nabuco; as colônias espanholas e italianas; a filarmônica Euterpe com o clube dos Fantoques; o clube Carigé com seu estandarte; a corporação acadêmica e sua bandeira; a União dos Chapeleiros com seu estandarte; o carro do Luiz Gama com seu estandarte; o clube Cruz Vermelha; os operários do Arsenal de Marinha, o clube Deus Phebo; o batalhão Defensores da Liberdade, com o retrato do capitão Marcolino José Dias.

Enfim, deveriam estar ali representadas as associações abolicionistas, a imprensa, os clubes carnavalescos, as corporações profissionais, as filarmônicas,

¹⁷ BPEBa, *Diário da Bahia*, 19 de maio de 1888, p. 1.

¹⁸ BPEBa, *Diário da Bahia*, 18 de maio de 1888, p.2.

os estandartes das entidades e os retratos de abolicionistas consagrados nacionalmente, como Joaquim Nabuco e Luiz Gama. Além desses, heróis da Guerra do Paraguai, como Marcolino José Dias. Naqueles dias a imprensa chamou para si um papel importante nos festejos. Isso porque grande parte da campanha se dera no âmbito dos jornais e muitos abolicionistas baianos atuavam na imprensa. É por isso que o retrato de Gutemberg, inventor da imprensa, figura entre os “heróis” do abolicionismo.

Com efeito, no dia 20 terminaram os festejos da abolição com a “levada” do carro triunfal da cabocla até a Lapinha. A festa da abolição realizada pelos abolicionistas parecia querer reproduzir a mesma performance dos festejos do 2 de julho. O cortejo partiu da Praça do Palácio às 5 horas da tarde tendo a participação de muitas organizações de classe, entidades abolicionistas e filarmônicas. Segundo o *Diário da Bahia*, a cidade apresentava o “mais risonho e deslumbrante aspecto festivo”. Enorme era a multidão nas ruas por onde, com dificuldade, se movimentava o “majestoso e imponente” cortejo. As casas em todas as ruas por onde passou se achavam decoradas de bandeirolas, as janelas apinhadas de famílias que saudavam do alto as corporações que passavam. À noite, em vários pontos da cidade e dos subúrbios, os edifícios públicos e casas particulares ficaram iluminados. À noite, o cortejo tomou aspecto deslumbrante deslizando pelas ruas sob luz de *flambeaux* e fogos de bengala. Como foi noticiado pelos jornais, o entusiasmo em muitos lugares tocou ao delírio com muitos vivas à liberdade, além da agitação de lenços na multidão e nas sacadas das casas. O cortejo conduziu a cabocla até a Lapinha, mas muitas outras corporações desfilaram depois.¹⁹

É bastante elucidativa a posição reservada aos libertos no cortejo. Eles deveriam puxar os carros do caboclo e da cabocla na marcha de retorno até a Lapinha. Era como se eles estivessem representando o mesmo papel a eles reservado no seio da sociedade brasileira. Quanto ao “povo”, a comissão apelou para que se esforçasse para engrandecer a festa e perpetuar a “maior glória da nossa pátria”, pois foi aqui que supostamente se fez a abolição da escravatura

¹⁹ BPEBa, *Diário da Bahia*, 22 de maio de 1888, “Festejos abolicionistas”, p. 2.

com “flores e risos, com palmas e isenção”.²⁰ Tratava-se, portanto, de um apelo à ordem que trazia embutida a ideia de que a abolição aqui se deu sem conflitos e tensões sociais.

Como vimos, a comissão buscava dar à festa um tom solene e ordeiro. O festejo deveria teatralizar a suposta harmonia entre todas as classes e o desejo de que a abolição não acarretaria conflitos raciais. Era como se a comemoração pusesse um fim aos conflitos que cindiram a sociedade durante as lutas contra o cativo. A imponência ordeira da celebração deveria patentear a “nossa adesão à causa da liberdade”. A ideia era que a abolição fora feita sem conflitos e representava o conagração nacional, unindo os indivíduos e as classes. A comissão abolicionista pretendia projetar a imagem de uma suposta singularidade da abolição do cativo no Brasil, sem despertar ódios raciais e dividir a sociedade. O cortejo espelhava também a ideia de que os protagonistas do movimento que culminou no fim da escravidão eram os abolicionistas.

Mas a despeito dos esforços dos organizadores, os conflitos partidários, ideológicos e mesmo as tensões dos últimos dias da escravidão emergiram nas celebrações do 13 de maio. Liberais e Conservadores brigavam na imprensa e nas ruas pela paternidade da lei da abolição. No boletim que anunciou a abolição, o *Diário da Bahia* proclamou que o fim do cativo era uma “esplêndida vitória liberal” a despeito de a lei ter sido aprovada por um ministério conservador. Por seu lado, os conservadores lamentavam que seus líderes fossem pouco ovacionados durante as celebrações. Nas manifestações de rua daqueles dias, os “vivas” se dividiam conforme a cor partidária. É preciso observar que as disputas não se limitavam apenas aos liberais e conservadores. Partidários da república e monarquistas se engalinharam em torno da abolição. Para os monarquistas, a lei era uma concessão da princesa Isabel. Para os Republicanos, a abolição apenas transformou em lei o que já havia se consumado na prática.

²⁰ BPEBa, *Diário da Bahia*, pela descrição do jornal o cortejo começaria na praça Castro Alves e desceria pela rua do Palácio, nessa praça pegará a cabocla e descera pela ladeira Rio Branco, Independência, Gravatá, Largo de Santana, Desterro, Muro das Freiras, rua do Ferraro, Campo dos Mártires, Lapa, Portão da Piedade, São Raimundo, Mercês, Forte de São Pedro, Carlos Gomes, retorno à Praça do Palácio, Misericórdia, Terreiro, Portas do Carmo, Baixa dos Sapateiros, Ladeira do Carmo e Lapinha.

Tensões e conflitos políticos nas celebrações da abolição

Portanto, a despeito dos esforços dos organizadores, o clima de conagração não prevaleceu nas celebrações da abolição. O conflito entre liberais e conservadores ganhou contornos de luta de ruas em Salvador e nas cidades do interior. Em Caravelas, sul da Bahia, em 14 de julho de 1888, “um correspondente” informou que por ocasião dos festejos da abolição deram-se “cenas de canibalismo” nas ruas da cidade. Segundo ele, no dia 13, um grupo de conservadores incitou a população e os ex-escravos contra os liberais ao espalhar a notícia de que esses haviam se oposto à lei da abolição. Ainda no dia 13, ex-escravos e trabalhadores da estrada de ferro percorreram as ruas da cidade dando vivas ao Partido Conservador e “foras e morras” aos liberais. Segundo o informante, essa “bacanal” estendeu-se até o amanhecer, aterrando as famílias, levando muitos a abandonar suas casas.

Na noite do dia 13, quando se soube da aprovação da lei, os liberais desfilaram festivamente pelas ruas. No dia 14 pela manhã, tocaram numerosos foguetes e, à noite, saíram com a filarmônica Democrata arrastando grande número de pessoas pelas ruas da cidade em *marche aux flambeaux*, dando vivas indistintamente aos abolicionistas. Entre 9 e 10 horas recolheram-se todos às suas moradas sem que tivesse havido o menor incidente.²¹ Vemos que o relato do correspondente é claramente alinhado com os liberais, atribuindo os distúrbios daqueles dias aos conservadores.

No dia 19, os ex-escravos mandaram celebrar missa em louvor a São Benedito. Nessa noite apareceu de novo o grupo de “amotinadores” (identificados como membros do Partido Conservador) com “uma música arranjada às pressas”, percorrendo as ruas com o mesmo “infernalarido”. Nessa ocasião, também desfilava pela cidade um grupo “sem cor política”, trazendo bandeiras e seguido de filarmônica. Indistintamente, ovacionavam liberais e conservadores. Provocados pelos conservadores, eles se recolheram em suas residências. Segundo o nosso informante, o “grupo amotinador”

²¹ BPEBa, *Diário da Bahia*, “Cidade de Caravelas”, assinado por “Um Correspondente”, 14 de junho de 1888, p. 2.

continuou a marcha pelas ruas da cidade ofendendo os liberais. Entre eles estavam os músicos da filarmônica, trabalhadores da estrada de ferro e alguns ex-escravos, que em marcha acelerada tornaram a percorrer as ruas quebrando lampiões da iluminação pública e proferindo ameaças aos liberais.²²

Ao passar pela rua Marquês de Herval, de dentro de uma casa ouviram vivas aos liberais. Bastou isso para que o grupo se voltasse para a residência com “avança e mata”. Acometeram às portas e janelas tentando arrombar a casa em que se achavam cinco homens, sendo dois deles ex-escravos, além de duas mulheres e algumas crianças. Nesse ínterim, outros dois ex-escravos que se achavam do lado de fora intercederam pelas pessoas de dentro da casa e pediram que deixassem daquilo e poupassem as mulheres e as crianças.²³

Os dois ex-escravos foram tomados como liberais e feridos mortalmente. Segundo denúncias, os autores foram Felisberto e Valentim, trabalhadores da estrada de ferro. Luís, um dos feridos, recebeu uma facada no baixo ventre e morreu no local. O ex-escravo Roque, irmão de Luís, foi também esfaqueado na barriga, morrendo minutos depois. Houve mais vítimas no conflito, entre as quais um ex-escravo chamado Sabino, irmão de Luís e Roque, e que havia corrido ao local para socorrer os irmãos e um amigo que se encontrava dentro da casa. O correspondente informou que apesar dos assassinos serem conhecidos e perseguidos pelo “clamor público” nenhuma providência foi tomada até o dia 26 de maio. O fato é que para aquela família de ex-escravos a festa da abolição se transformou em um grande drama familiar.

O conflito se deu entre 10 e 11 horas da noite, perto da casa onde morava o juiz municipal Magalhães Castro. Segundo o correspondente, esse não se moveu. Denuncia também o delegado que chegou depois do conflito, mas não tomou iniciativa para prender os autores das mortes. Denunciou as autoridades que só se moviam para perseguir os liberais. Afirma também que já se achavam presos Valentim e Felisberto, mas que não parava de chegar gente de “todo calibre” para protegê-los. Por fim, denunciou que os chefes conservadores locais não deram aos liberais “licença para festejar a lei da abolição”.²⁴

²² BPEBa, *Diário da Bahia*, idem, p.2.

²³ Idem, ibidem.

²⁴ Idem, ibidem.

Parece que meses depois, a cidade de Caravelas ainda se encontrava conflagrada, pois em 4 de janeiro de 1889, o *Diário da Bahia* publicava artigo assinado por Manoel Leopoldo de Lemos, dizendo que em viagem que fez a Caravelas “pude verificar que um grupo de libertos refratários ao trabalho traz sobressaltados os pacíficos habitantes daquela localidade”. Diz que para pacificar aquele lugar talvez fossem necessárias medidas extremas, pois eles tinham a proteção do juiz municipal e do delegado local. Denunciou aquelas autoridades como responsáveis por qualquer conflito que viesse a acontecer entre os libertos e os “cidadãos honestos e pacíficos”.²⁵

Tudo indica que os conflitos partidários em Caravelas tinham nos libertos o fiel da balança. Em 2 de janeiro de 1889, “um correspondente” voltou a denunciar que “morigerados moradores” da cidade estavam à mercê de uma “horda de libertos” da lei de 13 de maio insuflados pelo juiz municipal Magalhães Castro e pelo delegado de polícia Salustiano Muniz de Almeida Sênior. Segundo a denúncia, enquanto em outras localidades os libertos eram perseguidos pela polícia, em Caravelas recebiam a proteção do delegado e do juiz municipal. E ia além: afirmava que Magalhães Castro até os recebia em sua mesa e, depois de beberem “água de flor” (cachaça), insultavam os liberais que passavam pelo largo do Sossego, endereço do juiz municipal. Segundo a denúncia, os libertos serviam como capangas e “guardas de honra” daquelas autoridades. A referência à guarda de honra não é casual, pois assim conectavam-se os comportamentos dos libertos de Caravelas à formação da Guarda Negra na corte.

Segundo o nosso correspondente, esses insultos eram insuflados com o fim de poderem pescar em “águas turvas”. O “fulo” juiz proibiu que no dia 8 de dezembro moços pertencentes à filarmônica Democrata desfilassem com seus distintivos. A referência à expressão “fulo” é significativa, pois se trata de qualificativo racista da possível ascendência negra do juiz municipal, ou mesmo desqualificá-lo como branco, uma vez que ele era aliado a negros. Segundo o mesmo informante, o delegado proibiu a saída dos costumados ranchos de Reis “que tanto divertem a população”. Afirmava o correspondente que essa

²⁵ BPEBa, *Diário da Bahia*, 4 de janeiro de 1889, p. 2.

proibição partiu dos tais libertos por não serem convidados para fazer parte da festa. Ou seja, se reconhecia que os conflitos em Caravelas tinham como motor propulsor posturas que excluíam os novos cidadãos dos acontecimentos e celebrações da cidade. Inadvertidamente, reconhecia-se também as reações dos libertos à postura racista da elite caravelense, inclusive a de serem barrados na festa de Reis. O informante finaliza dizendo temer que se repetissem os episódios do dia 19 de maio de 1888.

O relato desses episódios foi feito por um correspondente local e suas palavras estão carregadas de ressentimentos partidários e raciais. Sua denúncia aponta as autoridades conservadoras como autoras dos conflitos e principais responsáveis pelos confrontos de rua. Mas, além disso, o que se ressalta na denúncia é o espanto com relação à participação dos libertos nas fileiras do Partido Conservador. O envolvimento dos libertos nos conflitos partidários não era bom sinal para quem pretendia circunscrevê-los ao mundo do trabalho. Mais do que um conflito partidário, no seio das celebrações da abolição o conflito racial emergiu com toda força.

Esperanças e conflitos nas celebrações do 13 de maio

As comissões abolicionistas que organizaram as celebrações do dia 13 de maio pretendiam formatá-la e enquadrá-la num figurino cívico e ordeiro. Mas a festa foi muito mais que isso. As celebrações não festejavam apenas o fim da escravidão, mas estavam imersas também nas expectativas do que poderia vir como consequência da abolição. Portanto, festejavam os prenúncios de uma nova era. Por isso mesmo, os festejos traziam embutidos os conflitos acerca do que deveria se definir como liberdade. Vejamos.

Os festejos do 13 de maio transformaram-se em grande manifestação popular e isso refletia em grande medida a amplitude social do movimento antiescravista na Bahia. As manifestações impressionaram os observadores da época pela quantidade de pessoas que ocuparam as ruas. Dois dias depois da abolição, ao noticiar os festejos do 13 de maio, o articulista do *Diário da Bahia* parecia impressionado com a presença de milhares de populares nas ruas de

Salvador. Em um trecho ressaltou que o “povo manifestou do modo mais profundo e entusiástico o júbilo que se achava possuído”. Em outro se referiu à “concorridíssima passeata popular”, à “enorme multidão” ou à “grande massa de povo” que percorreu as ruas da cidade conduzindo os símbolos da Independência baiana.²⁶

Para muitos, aquela “massa de povo” nas ruas, grande parte dela composta de egressos da escravidão, era algo temerário e anunciava perigosas consequências. No dia 14 de maio, um parlamentar protestou na Assembléia baiana contra a diminuição do efetivo policial da província, para ele um contrasenso ante a presença de cerca de 80.000 pessoas liberadas do controle escravista.²⁷ Às mãos do chefe de polícia, chegaram muitos pedidos de aumento do efetivo policial das cidades do Recôncavo e de outras regiões.

Três dias depois da abolição, o senhor de engenho e comerciante Aristides Novis, em carta endereçada ao amigo e correligionário barão de Cotegipe, confidenciou suas impressões sobre as ocorrências do dia 13 de maio em Salvador. Segundo ele, desde então, “vivemos em completo delírio!”. Da sacada de sua casa, ele ouviu contrariado muitas homenagens ao conselheiro Dantas, Rio Branco, Joaquim Nabuco e outros chefes liberais. Notou que o nome de João Alfredo, chefe do gabinete conservador, foi pouco ovacionado durante as manifestações. Vê-se mais uma vez que o conflito partidário, que marcou toda a discussão em torno dos destinos da escravidão, ressurgiu com toda força nos festejos do 13 de maio. Para Novis, pior do que o quase esquecimento dos líderes conservadores, foi assistir do alto de sua residência as manifestações populares, inclusive a presença de muitos ex-escravos nas ruas. Enfim,

(...) Viva o dia 13 de Maio, viva a abolição imediata e sem indenização, vieram enfim os salvadores da Pátria! Desde o dia 13 que vivemos em completo delírio! Comércio fechado todo o dia de ontem, passeatas pelas ruas, carros dos caboclos que foram buscar na Lapinha e depositaram na Praça do Palácio; enfim todas

²⁶ BPEBa, *Diário da Bahia*, 15 de maio de 1888, p. 1. Sobre os festejos do 13 de maio em Salvador, ver Jailton Brito, “A abolição na Bahia”, pp. 142-143.

²⁷ BPEBa, *Anais da Assembléia Legislativa*, vol. 1, sessão de 14 de maio de 1888, p. 68.

Walter Fraga Filho

as noites temos grandes festas; carnaval, 2 de Julho, e festa da abolição! Faça idéia 3 de um tempo, que efeito não produzem, temos aqui mais de 3 mil pretos vindos dos engenhos. Ainda ontem conversando com o presidente e Chefe de Polícia pedi-lhes que assim passassem estas festas, providenciasse no sentido destes trabalhadores voltarem às fazendas, se não em breve os roubos e mortes se dariam a cada momento.²⁸

É evidente o temor de Novis diante dos milhares de libertos misturados aos populares nas ruas da cidade. E mais ainda, o entusiasmo do povo havia incorporado a dimensão e os significados das duas maiores festas populares da província. Para seu desespero, a comemoração da liberdade se transformou numa síntese potencialmente explosiva entre Carnaval e do 2 de Julho. Realmente, foi insuportável para aquele ex-senhor de escravos assistir, a um só tempo, a inversão da ordem do Carnaval e a exaltação da liberdade do 2 de Julho. Por trás disso, havia o medo maior de que a festa desembocasse em ameaça séria à ordem, afinal festas e batuques eram vistos pela classe senhorial como o preâmbulo das revoltas. Por isso, não escondeu a preocupação diante da presença de mais de três mil “pretos” nas ruas da cidade e apressou-se em requisitar providências repressivas às autoridades da província. Na carta, ainda observou: “Só peço a Deus que o governo depois desta patriotagem nos mande breves leis regularizando o serviço e auxílios pecuniários para a lavoura; isto não vindo, estaremos ainda em piores circunstâncias”.

Na mesma ocasião, Novis revelou as reações do tio, o barão de Santiago, grande senhor de engenho do Iguape, diante das surpreendentes mudanças de atitudes dos seus ex-escravos e da forma como eles se entregaram aos festejos da abolição. Segundo afirmou “(...) o Santiago está bom, porém muito sorumbático, vendo sair para as ruas as suas crias que ele sempre tanto zelou, etc., etc.”.²⁹ Parece que, para o velho barão de Santiago a perda da propriedade escrava tivera impacto menor do que o

²⁸ IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 23. Correspondência de Aristides Novis para o barão de Cotegipe, em 16 de maio de 1888.

²⁹ Idem, *Ibidem*.

dissabor de experimentar, naquele áureo dia, a impossibilidade de interferir nas decisões de suas estimadas crias que saíam para festejar a abolição. A perplexidade do barão resultava da completa ineficácia das formas tradicionais de controle oriundas da escravidão. O zelo paternalista que havia devotado às crias domésticas de nada lhe serviu naquele primeiro dia de liberdade.

O entusiasmo dos libertos e libertas no dia da abolição foi o que os ex-senhores guardaram na memória dos primeiros dias sem escravidão. Conta-se que logo que a notícia da abolição chegou às terras do Engenho da Cruz, na freguesia do Iguape, houve grande alvoroço entre os ex-escravos e naquele dia ninguém mais trabalhou. Segundo a tradição oral, nos dias seguintes, alguns deixaram a propriedade e migraram para as cidades de Cachoeira e Salvador. Foi com grande estremecimento emocional que o proprietário, Inácio Rodrigues Pereira Dutra, o barão do Iguape, assistiu ao desmoronamento da escravidão em sua propriedade. Custou-lhe aceitar que a “desordem” e a “desobediência” alcançassem seus domínios. Numa reação inesperada, reuniu os filhos e netos, mandou juntar todos os pertences necessários a uma longa ausência e embarcou num saveiro com destino a Salvador.

Na cidade, o barão do Iguape refugiou-se num grande solar que possuía no largo de Roma, residência da família durante o período de entressafra. Mas, para desapontamento do barão, o casarão ficava bem em frente ao caminho que levava à igreja do Bonfim. Da sacada pôde ver o imenso cortejo formado por libertos e populares que seguiu festivamente para render graças ao santo pela abolição da escravidão - certamente o cortejo do dia 18 de maio fartamente noticiado pelos jornais. O barão não resistiu àquelas manifestações e aborrecido retornou à Iguape. Comparado ao que presenciara no seu engenho, a visão da multidão de libertos nas ruas talvez fosse mais assustadora. Conta-se que o barão sofreu grande abalo emocional vindo a morrer meses depois daqueles acontecimentos. Segundo o relato de um antigo morador do Engenho da Cruz que nos contou essa história, o

Walter Fraga Filho

barão “morreu apaixonado” diante do que presenciara nos dias seguintes à abolição.³⁰

Em 1933, um periódico que circulava na cidade de São Felipe, publicou uma entrevista com um velho escravo da região chamado Argeu. Nessa entrevista o ex-escravo lembrou como os cativos do engenho onde vivia festejaram o “dia da liberdade”. Disse ele:

Foi uma cousa terrive. Seu Mata Pinto [dono do engenho] ajuntou tudo, uns cem, para um samba, mandou abrir vinho, cachaça, melaço com tapioca, bestou, e de madrugada diche que tudo tava livre. Foi o diacho. A gente já sabia e foguete pipocou a noite toda.³¹

Vê-se que a festa cuidadosamente preparada pelo senhor para dar as boas novas frustrou-se em seus objetivos, pois os escravos souberam com antecedência que a escravidão já havia sido abolida. Na manhã seguinte, o senhor experimentaria desgosto maior ao constatar que os escravos não atendiam à convocação ao trabalho, pois segundo o velho ex-escravo, “no outro dia não tinha ninguém mais no terreiro”. Pelo que disse, os escravos domésticos também deram seu grito de liberdade, pois, na casa-grande, o silêncio era quase absoluto; ouvia-se apenas “o baruido das valigeiras [moscas varejeiras], naquela casa, que o xujo (sujo = diabo) tomou conta”.³²

As evidências mostram que os egressos da escravidão da cidade não pretendiam aparecer apenas como meros figurantes da festa. A forma como reivindicaram a participação nas passeatas, a procissão

³⁰ A narrativa deste acontecimento foi feita a partir de depoimentos de José Luís Barbosa Dutra, bisneto do barão do Iguape, em 18 de fevereiro de 2002. Estas informações chegaram a ele através do pai que na época da abolição era adolescente e testemunhou aqueles fatos. Com algumas alterações, esse mesmo caso me foi contado por um antigo administrador do engenho, Manoel Araújo Ferreira, conhecido como Manoelzinho, em entrevista concedida em 7 de dezembro de 2002.

³¹ Entrevista com o ex-escravo Argeu concedida ao periódico *O Escudo Social*, com circulação na cidade de São Felipe, em 14 de outubro de 1933, p. 2, sob o título, “O drama do cativo”.
³² *Ibidem*, p. 2.

até a igreja do Bonfim, as missas promovidas por irmandades negras, devem ser vistas em sua dimensão política. Em Cachoeira, por ocasião dos festejos da abolição, cerca de 300 libertos, que formavam o Clube Cana Verde, desfilaram pelas ruas da cidade. Sabe-se que, em 27 de maio de 1888, aqueles mesmos libertos mandaram rezar missa na Capela dos Remédios em ação de graças pela abolição.³³ Esses eventos mostram que os libertos sabiam estar vivendo um momento especial, e as festas da abolição foram as primeiras manifestações públicas de que desejavam participar politicamente dos acontecimentos na condição de cidadãos livres.

Naqueles dias festivos, os ex-escravos encontraram oportunidade de questionar abertamente os padrões e etiquetas de mando senhorial ou simplesmente ignorar as ordens dos senhores. De qualquer forma, aquele foi um momento marcante em que os ex-escravos tentaram aprofundar as transformações nas relações cotidianas de poder. Aos olhos dos ex-senhores, as reações dos libertos não passavam de atos despropositados, frutos da “embriaguez” e do entusiasmo. Inegavelmente, os dias que se seguiram à abolição foram momentos ricos, pois estavam em disputa as possibilidades e limites da condição de liberdade.

O 13 de maio em águas turvas

O primeiro aniversário da abolição na Bahia ocorreu numa conjuntura bastante tensa. Os temores sobre as conseqüências da abolição ainda eram recentes. Nos jornais, os senhores de engenho ainda protestavam contra as conseqüências da abolição, pela falta de indenização, dificuldades de mobilizar os ex-escravos para os serviços na lavoura e conflitos decorrentes das pretensões dos libertos de possuírem terras. As cidades do Recôncavo viviam uma conjuntura de tensão social em face à carestia dos gêneros de

³³ Sobre a participação dos libertos nas celebrações da abolição em Cachoeira, ver Jacó dos Santos Souza, (2010:130).

subsistência e do desemprego. Em diversos momentos, a população pobre de Salvador saiu às ruas protestando contra o monopólio do comércio de farinha. Os partidários do regime republicano ganhavam cada vez mais espaços na imprensa e apontavam suas críticas para o comportamento dos libertos, segundo eles os principais defensores do trono. (FRAGA FILHO, 2006) Nesse contexto, as celebrações do primeiro aniversário da abolição pareciam projetar as tensões do momento. Em 14 de maio de 1889, o jornal *Diário do Povo* informava que “apesar dos pesares” as festas do dia 13 foram importantes. As principais ruas por onde passou o préstito estavam “lindamente preparadas”. “Grande, extraordinária quantidade de povo percorria as ruas da capital”, especialmente no Campo da Pólvora e Praça do Palácio era grande a afluência popular. “Em várias casas houve reunião à noite e em pontos determinados grupos de entusiastas formavam círculos e dançavam ao som de cantos populares inspirados pela grandeza do assunto”. Isso significa que a festa não se restringia ao préstito organizado pela imprensa, entidades abolicionistas e entidades de classe.³⁴

Nos festejos de 1889, pretendia-se repetir o mesmo programa das festas de 1888 com passeata cívica pela tarde e cortejo à noite. Mas, por conta da demora na celebração da missa em homenagem aos combatentes da Guerra do Paraguai, na igreja de Santana, não houve como realizar o procissão cívica à tarde. Ninguém apareceu nela. À noite houve passeata da imprensa, sob luz de lanternas, fogos de bengala, várias sociedades, clubes carnavalescos e associações abolicionistas. Segundo os jornais da cidade houve grande afluência de povo nas ruas. Havia muitas ruas enfeitadas sobressaindo o Palácio e da Misericórdia. Segundo os jornais, muitas casas adornaram-se com bandeirolas e quase todas por onde passava o préstito iluminaram-se durante a noite.³⁵

Naqueles dias, viviam-se momentos de crítica à monarquia. A imprensa republicana acusava o governo imperial de mobilizar os libertos para a defesa

³⁴ BPEBa, *Diário do Povo*, editorial: “Os festejos do 13 de maio” 4 de maio de 1889, p. 1.

³⁵ BPEBa *Diário do Povo*, Às 9 horas daquele dia, “enfileirados em ordem” partiram do edifício da Faculdade de Medicina estudantes de medicina e de humanidades puxados por uma banda

do trono através da chamada Guarda Negra. Em uma coluna intitulada “Temas do Dia”, publicada no jornal *Diário do Povo*, falava-se sobre a “redenção dos cativos”. Naquela coluna denunciava-se a criação da “Guarda Negra”. “Esta é a nota pungente que magoa a alma da pátria” – afirmava-se. “Por que não se lhes substituiu a navalha da capangagem assalariada pela carta do abc”? “Por que ensinaram às vítimas da ignorância a soletrar tão mal a palavra gratidão?”³⁶ Eis as indagações de um jornal de linha republicana e que pretendia fazer ver que o trono tinha nos libertos seus principais aliados. Era também uma forma de responsabilizar o imperador e seu ministério de colocar na cena política os ex-escravos, incendiando assim os embates partidários com conflitos raciais.

Há evidências de que estes conflitos se fizeram presentes nas celebrações de rua daquele ano. Segundo o *Jornal de Notícias* não foi possível organizar o préstito por causa do “movimento que havia e por darem-se *qui pro quos* que não puderam ser evitados”.³⁷

Depois da proclamação da República, mais conflitos de rua durante as celebrações do 13 de maio. Nos festejos de 1890, um episódio interessante. Na missa celebrada no convento de São Francisco, diante das principais autoridades civis e militares do estado, imprensa, sociedades abolicionistas e “enorme quantidade de povo”, discursava o frei Francisco da Natividade Carneiro da Cunha. Ao falar dos pleitos abolicionistas da “benemérita” princesa Isabel, eis que de súbito ouviram-se “viva à monarquia” e o som de espingardas engatilhadas. Em confusão, os presentes abandonaram a igreja em poucos minutos e só retornaram depois que foram acalmadas com a desculpa de que a ovação partira de um “maluco”. Às 2 da tarde, o préstito cívico partiu do

de música. Desfilou também a imprensa representada pelos diversos jornais. O jornal lamenta que para realizar a entrega da bandeira na igreja de Santana o préstito teve que fazer um trajeto que não estava no programa somente para satisfazer pedidos de particulares. As músicas dispersaram-se. Demoras e mais demoras, discursos e mais discursos dentro da igreja de Santana por ocasião da entrega da bandeira. A cerimônia na igreja terminou depois de meio dia e nesse momento a multidão havia se dispersado.

³⁶ BPEBa, *Diário do Povo*, 14 de maio, 1889, p. 1.

³⁷ BPEBa, *Jornal de Notícias*, 14 de maio de 1889, “13 de Maio”, p. 1.

largo do Terreiro de Jesus composto do 9º e do 16º Batalhões de infantaria e guarda cívica. A esta se seguiram os carros do conselho municipal, da República Federal, da comissão de donativos, imprensa, banda do corpo militar, alunos do Liceu, carro da Libertadora Baiana com seus estandartes. Atrás do carro da Libertadora seguiam os populares dando vivas à abolição, aos abolicionistas e ao 13 de maio.

Em 1890, a festa parecia ter se transformado em algo solene e formal, despido de espontaneidade e do sentimento reivindicativo da primeira festa da abolição. Segundo um jornal da época: “Entristece-nos dizê-lo: as festas correram friamente, sem entusiasmo, não parecendo serem em honra à maior data da pátria”. “O povo absteve-se de comemorá-la publicamente nas ruas com aquela alegria que os povos patriotas concorriam a todas as suas festas”. A passeata foi pequena e se não fosse o brilho das fardas e o espelhamento das espadas nenhum brilho teria. Para o articulista, esse retraimento devia-se aos “pavorosos boatos” espalhados de que, no dia 13, em Salvador e na capital federal, haveria revoltas, golpes de estado e vitória dos “sebastianistas” (leia-se monarquistas). Segundo o mesmo noticiário, famílias moradoras nos arrabaldes evitaram se deslocar até o centro da cidade para participar das celebrações. “Espíritos perversos” com o viso de desmoralizar a República e de poderem especular com o “turbamento das águas” espalharam boatos aterradores.³⁸

Nos anos seguintes, as notícias bateram na mesma tecla do esfriamento dos ânimos populares nas celebrações do 13 de maio. Em seu editorial de 12 de maio de 1891, o *Jornal de Notícias* refletia que “o dia 13 de maio é uma data de regozijo popular; não é ainda um tema para a filosofia da história”, “entretanto que estranheza não deve causar ao povo baiano o silêncio de indiferença que parece acolher o dia de amanhã”. Denuncia a ditadura republicana e a indiferença “quase criminosa” com que o atual governo vê aproximar-se “o maior dia de nossa história”.³⁹

³⁸ BPEBa, *Jornal de Notícias*, 14 de maio de 1890, “O dia de ontem”, p. 2.

³⁹ BPEBa, *Jornal de Notícias*, 12 de maio de 1891, Editorial: “13 de Maio”, p. 1.

No dia 14 de maio, o *Jornal de Notícias* lamentava que o terceiro aniversário da “maior lei brasileira” passou friamente. Segundo informou, da parte do povo não houve entusiasmo e alegrias que a data reclamava. O governo por sua vez foi indiferente, sem promover nem auxiliar a realização da festa. Alguns edifícios foram enfeitados com bandeiras e foram iluminados à noite. Houve salvas de tiros no forte de São Marcelo. Acrescentou que o dia estava cerrado, “a entristecer um dia chuvoso”. Parece que, naquele ano, o nublado 13 de maio havia se reduzido a sessão solene na câmara, bandeiras nos edifícios públicos, casas particulares e as sedes dos jornais. Mas não há menção a desfiles ou passeatas públicas.⁴⁰

Nos festejos de 1892, a intendência oficiou à Companhia de Gás que iluminasse as ruas da cidade na noite do feriado de 13 de maio, especialmente a fachada principal da intendência, secretaria do governo e o jardim da Piedade. Requisitou também bandas do batalhão de 1^a. Linha para tocarem nos jardins públicos.⁴¹ Noticiou-se, também, passeatas em Itapagipe com carros alegóricos com temas ligados à liberdade, à imprensa, à Luiz Gama e à Bahia. A passeata era composta por grande multidão que de momento a momento impelia aclamações de “grande entusiasmo”. À noite, a filarmônica Carlos Gomes realizou uma *marche aux-flambeaux* com mais de cem senhoras elegantemente vestidas.⁴²

Nos festejos do 13 de maio de 1893, a data foi elevada à condição de festa nacional pelo governo provisório. Os edifícios públicos foram iluminados e a intendência mandou enfeitar as praças Castro Alves e do Palácio. No Politeama haveria espetáculo lírico para solenizar a data. O ponto alto da festa foi a queima dos livros da extinta tesouraria da fazenda do governo. Com esse ato visava-se incinerar o projeto de indenização ainda defendido pelos ex-senhores de escravos e também “fazer esquecer às gerações vindouras a vergonhosa história do nosso passado escravocrata”. Na cerimônia estúpida de incineração das “páginas negras” estavam presentes o intendente

⁴⁰ BPEBa, *Jornal de Notícias*, 14 de maio de 1891, “13 de Maio”, p. 1. Ver também, *Diário da Bahia*, 13 de maio de 1891. p. 1.

⁴¹ BPEBa, *Jornal de Notícias*, 11 de maio de 1892. “13 de maio”. p. 2.

⁴² BPEBa, *Jornal de Notícias*, 14 de maio de 1892, “Passeatas”, p. 1.

Walter Fraga Filho

municipal, chefe de polícia, diretor do arquivo público, abolicionistas e muitas outras pessoas. No dia 15 de maio de 1893, noticiou-se que foi “ligeiramente” comemorado na capital o 5º. aniversário da abolição. Houve espetáculo festivo no Politeama com a presença do governador do estado. Às 12 horas desfilou o préstito da Praça o Palácio até o Campo dos Mártires.⁴³

Vemos que ao longo do início da década de 1890, o 13 de maio ganhou a condição de feriado nacional, mas perdeu em brilho e em entusiasmo. Rapidamente a festa se transformou em um evento cívico ordeiro e sem brilho. A festa foi se limitando a um evento formal com paradas militares, tiros de canhão no forte de São Marcelo e manifestações das associações abolicionistas. As lideranças abolicionistas não conseguiram repetir o brilho do primeiro dia da festa e nem conseguiram transformar o dia da abolição na maior data do país. A festa não repetiu a “levada” da cabocla, nem houve a participação dos clubes carnavalescos. Vemos também que os desfiles cívicos não arrastavam a multidão dos primeiros dias.

Mas esse “esfriamento” do entusiasmo popular parece estar ligado à conjuntura repressiva dos primeiros governos republicanos, que coíbiam as reuniões públicas especialmente em datas festivas como o 13 de maio e a Lavagem do Bonfim. Certamente havia interesses fortes em fazer com que a festa da abolição “não pegasse”. Para as autoridades republicanas interessava esvaziar o 13 de maio de seu sentido reivindicativo e cessar a possibilidade de se tornar a grande data nacional. Afinal, a abolição era a grande realização da monarquia. Além disso, a multidão nas ruas detonava o medo de que a ordem republicana recém implantada fosse abalada. Celebrar o 13 de maio era algo incômodo para as autoridades republicanas, uma fonte de críticas a um regime que não pretendia atender as demandas que nasceram no âmbito das lutas contra o cativo.

Conclusão

A despeito das tentativas de esvaziamento das celebrações do 13 de maio, a festa parece ter resistido nas ruas das freguesias periféricas de Salvador.

⁴³ BPEBa, *Jornal de Notícias*, 12 de maio de 1893, p. 1

A passeata de lapagipe até a Ribeira continuou por muitos anos. Ainda hoje em Cachoeira, toda noite do dia 13 de maio, a filarmônica Lyra Ceciliana fundada pelo abolicionista Manoel Tranquilino Bastos desfila pelas ruas repetindo o mesmo trajeto do desfile abolicionista de 1888 e executando “Airosa Passeata” e o “Hino do 13 de Maio”. Além disso, as celebrações nos redutos negros parecem ter sobrevivido à repressão e à indiferença. Em muitos engenhos do Recôncavo, a festa continuou por muitos anos. Um antigo morador do Engenho da Cruz nos contou que, por volta da década de 1920, ninguém saía para trabalhar no dia 13 de maio. Os moradores, muitos deles ex-escravos ou descendentes, reuniam-se no terreiro do engenho para cantar, sambar, jogar capoeira e comemorar o que chamavam de o “dia da liberdade”.⁴⁴

Em muitos candomblés do Recôncavo, no dia 13 de maio, realiza-se o culto ao preto velho, uma entidade que representa a luta e os sofrimentos dos antigos escravos. Em Santo Amaro, todos os terreiros de candomblé da cidade se reúnem no Largo do Mercado para celebrar a abolição: o Bembé do Largo do Mercado. O Bembé na verdade é um grande candomblé de rua celebrando a abolição. Segundo a tradição oral, essa celebração começou em 1889 por iniciativa de famoso pai-de-santo local chamado João de Obá. A festa tem muito samba, capoeira, maculelê e oferendas à Mãe d’Água. Até a década de 1950, o povo de santo era obrigado a requisitar autorização formal da polícia para realizar a celebração. Mas a ideia de “obrigação” terminou se impondo às restrições e proibições policiais. Segundo a tradição, a festa não pode deixar de ser realizada sob pena de que algo de mal possa sobrevir sobre a cidade.⁴⁵

A sobrevivência dessas celebrações podem nos dizer muito sobre a forma como a memória reatualiza antigas lutas e esperanças. E mais que isso, podemos ver nas celebrações da abolição as projeções da memória em sua

⁴⁴ Essa informação foi passada por Manoel Araújo Ferreira, antigo morador do Engenho da Cruz, em 7 de dezembro de 2002.

⁴⁵ Ver a dissertação de Ana Rita Araújo Machado (2009: 12-13).

Walter Fraga Filho

perene saga contra o esquecimento e a tentativa de apagamento do protagonismo e envolvimento de homens e mulheres nos embates pelo fim do cativo e pela cidadania.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Wlamyra *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999
- _____. *O Jogo da dissimulação: Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALVES, Isaias. *Matas do sertão de baixo*. Bahia: 1967.
- BRITO, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia: Uma História Política, 1870-1888*. Salvador: Edufba, 2005.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de Escravos e Libertos na Bahia, 1870-1910*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.
- GOMES, Flávio e Olívia Maria (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MACHADO, Ana Rita Araújo. “Bembé do Largo do Mercado: Memória sobre o 13 de Maio”. Salvador: UFBA, 2009.
- MATA, Iacy Maia. “Os Treze de Maio: Polícia e Libertos na Bahia Pós-abolição (1888-1889)”. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2002.
- MATTOS, Hebe Maria de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- KRAAY, Hendrik *Afro-brazilian culture and politics: Bahia, 1790s to 1990s*. New York: Armonk, 1998.
- REIS, João José, & Silva, Eduardo. *Negociação e conflito Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.